

A integração/ exclusão social de uma comunidade cigana residente no Porto

*Olga Magano*¹

*Luisa Ferreira da Silva*²

1 – Entre a exclusão e a integração: a aculturação dos ciganos portugueses

As sociedades modernas baseiam-se em Estados-Nação que promovem a cidadania pressupondo um sistema democrático que salvaguarda o princípio básico da igualdade de todos perante os direitos fundamentais e no acesso a eles. Supõe-se a difusão de um capital de saber universal que fomentado por uma escolarização prolongada é condição fundamental de acesso ao mercado de trabalho e, por consequência, a todas as condições de vida estruturantes, tais como a habitação, o acesso à saúde, ao mercado de trabalho, etc. (Giddens 1990, 1997; Pinto 1995)

Partindo do princípio que todos os indivíduos estão em igual posição perante as condições de acesso, a sociedade dominante normalmente propõe modelos únicos no sentido de promover a “normalização”. No entanto, apesar de legalmente salvaguardados os direitos de todos, de facto, no “país real” o acesso aos direitos cívicos, sociais e políticos não é proporcionado de igual forma para todos os cidadãos (Pinto, 1995; Benavente et al.1997). É nesta posição que se encontram frequentemente os grupos étnicos minoritários desfavorecidos e entre eles a etnia cigana. Os ciganos, cidadãos de pleno direito na lei, vêem dificultado o seu exercício de cidadania perpetuando-se uma posição marginal relativamente ao poder. Ao contrário de outros grupos étnicos, os ciganos não têm quem os represente oficialmente. Não existem embaixadas, nem acordos bilaterais entre países, tal como acontece, por exemplo, com os imigrantes. (Mozzicafreddo, 1993Pinto, 1995; Perotti, 1997; Fraser, 1997; Liégeois, 1989)

¹ Socióloga da Câmara Municipal do Porto

² Socióloga, Professora Auxiliar Universidade Aberta – Porto – luisafs@univ-ab.pt

A bibliografia sobre comunidades ciganas em Portugal apresenta-os como uma população que vive, de uma forma geral, processos de profunda exclusão social que se traduzem em fracas condições habitacionais, sanitárias e de salubridade, ténues taxas de alfabetização, marginalização relativamente ao mercado de trabalho, incidência de certo tipo de doenças crónicas, segregação social e cultural, estereótipos e discriminação social de que frequentemente são alvos, sendo mesmo a etnia sobre quem recaem mais estereótipos negativos (Bruto da Costa e Pimenta, 1991; Castro, 1995; Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos, 1995; Nunes, 1996).

A etnia cigana está em Portugal há pelo menos cinco séculos mas no entanto é a que mais se distingue da sociedade dominante. Outros grupos étnicos minoritários, com menos tempo de permanência em Portugal, como por exemplo, os imigrantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), apresentam níveis de integração social e económica mais elevados possivelmente por aceitarem, normalmente, integrar-se no mercado de trabalho, não entrando numa confrontação tão forte com a sociedade dominante.

Tentando perceber os processos que conduziram à exclusão social tão vincada da etnia cigana, aparece-nos como elemento de forte distinção a forma como esta etnia conseguiu preservar durante estes cinco séculos a sua cultura e modo de vida, quase sempre à margem da sociedade, ou seja, destacando-se a recusa sistemática pela submissão às regras do mercado de trabalho capitalista (Pinto, 1995). Esta situação incomoda a sociedade dominante, para quem o “trabalho” é considerado a base de todo o sistema social, familiar e de vida. É à volta do trabalho e dos horários por este impostos que toda a vida social se regula. Ora, os ciganos, têm-se mantido afastados deste tipo de trabalho, preferindo manter actividades económicas que lhes permitem ter os seus próprios horários e a sua liberdade, afastando da sua cultura um dos principais valores reconhecidos pelas sociedades modernas. Desta forma vão preservando a sua cultura e mantendo a sua identidade étnica e cultural (Pinto, 1995).

Na perspectiva de Maalouf (1998), a identidade de cada um é aquilo que nos diferencia dos outros. A identidade é algo que vai sendo construído a passo e passo e vai-se transformando ao longo da existência. As identidades emergem dos processos interactivos que os indivíduos experimentam na sua realidade quotidiana, feita em trocas reais e simbólicas, entre os que estão classificados em grupos, separados por fronteiras que as situações sociais ditam. A construção das identidades decorre no

quadro das relações de poder que diferenciam dominantes e dominados, maiorias e minorias, quer se trate do poder económico, político ou simbólico, desenvolvendo-se diferentes estratégias face à desigualdade. A identidade étnica é construída dentro do grupo que partilha colectivamente a pertença a um “Nós” o que remete para a necessidade de cada indivíduo se inserir numa comunidade com a qual se sinta identificado (Maalouf, 1998).

Neste contexto, a cultura cigana, aparece como uma identidade étnica que resistiu à assimilação cultural, mantendo uma cultura distinta da sociedade maioritária, que se reflecte em todas as dimensões da organização social e familiar. (Liégeois, 1989; Nunes, 1996). A bibliografia diz-nos que a etnia cigana tem uma cultura e uma identidade étnica específicas, constituídas por diferentes grupos que apresentam diferentes formas e fases de integração ou de exclusão. Das relações estabelecidas com a sociedade envolvente, assiste-se a formas de aculturação em que vão sendo adaptados aspectos da cultura dominante.

A cultura é essencialmente uma herança cultural, um património que se transmite de geração em geração, que não é veiculada pela hereditariedade biológica mas sim pela aprendizagem. Contudo, o património cultural não é imutável. Do contacto entre culturas resulta uma contínua mudança, em que há um empréstimo constante e recíproco de traços culturais. Nesta perspectiva, a cultura cigana, em contacto com outras culturas, vai assimilando, adaptando, integrando aspectos das culturas maioritárias em que se encontram inseridos (Garrido, 1998; Fraser, 1997).

Tradicionalmente nómada a etnia cigana, apesar de refractária à integração social, não criou grandes problemas no passado com as populações. Os problemas maiores começaram a surgir com a tendência recente para a sedentarização, voluntária, ou forçada (Fernandes, 1995; Bruto da Costa e Pimenta, 1991; Garrido, 1998; Légeois, 1989; Enguita, 1999). As alterações da sociedade foram obrigando a novos esforços de adaptação a novas ocupações e a novas condições de vida. Entre elas, a paulatina sedentarização, sobretudo nas zonas periféricas dos meios urbanos, onde, em determinados momentos, foi possível sobreviver de um modo mais fácil devido à proximidade de um maior número de locais disponíveis para desenvolver a venda ambulante e a prática da mendicidade.

A sociedade dominante, interessada na sua sedentarização, não promoveu atempadamente as condições necessárias para que essa transformação de um modo

de vida tradicional se fizesse de modo integrado (Maia Costa, 1995 in Cortesão e Pinto). São excluídos todos aqueles que são rejeitados do nosso espaço, dos nossos mercados materiais e/ou simbólicos, fora dos nossos valores. Numa sociedade fortemente marcada pelo “Homo Economicus”, é importante participar na mudança material e simbólica generalizada. Todos aqueles que recusam ou são incapazes de participar no mercado de trabalho serão percebidos como excluídos (Xiberras, 1996). É o caso da etnia cigana, que por estar à margem do sistema passa a ter uma visibilidade social maior (Pinto, 1995).

Numa sociedade virada para o trabalho e para o consumo, a etnia cigana vai sofrendo mudanças nos seus valores e estilos de vida, aumentam o desfasamento entre as suas necessidades e aspirações e as possibilidades reais de integração. De uma forma geral, os ciganos encontram-se divididos entre a necessidade de integração numa sociedade pouco tolerante perante a diferença e o desejo de preservação da sua identidade e autonomia étnica.

2 – A pesquisa empírica

Tendo subjacente esta ambivalência foi realizada investigação de carácter qualitativo junto de uma comunidade cigana residente na cidade do Porto. Partindo do ponto de vista dos ciganos, através do seu quotidiano, da sua relação e enraizamento com o meio, com as instituições locais, com a rede de Interconhecimentos, etc., procurou-se avançar na compreensão da sua vivência de integração/exclusão. Supôs-se que subjacente ao hipotético desejo de integração manifesto, se mantém uma, também hipotética, recusa ambivalente da integração e que ambos esses “desejos” estarão relacionados com a cultura do grupo que se sente ameaçada pela integração.

O processo de aculturação implica a adopção de novos hábitos, de novos valores, de novas formas de estar. Roger Bastide (1989) salientou que o processo de aculturação produz algumas consequências não previsíveis: do que se mantém e do que se acultura, resulta, em certa medida, um novo tipo social, afastando-se do tradicional, mas também não completamente identificado com o modelo dominante.

A comunidade escolhida coabita aparentemente pacificamente com não ciganos (na mesma urbanização). Neste bairro vivem 35 famílias em habitações pré-fabricadas, com algum terreno envolvente. Estas pessoas viviam no mesmo núcleo de barracas e

foram realojadas em simultâneo neste bairro. Das 35 famílias residentes, 22 são não ciganas e 13 são ciganas. As pessoas ciganas são 80 e distribuem-se por três grandes famílias. Para este trabalho apenas foi estudada a população cigana residente, tendo a pesquisa envolvido 40 elementos do grupo.

Nesta investigação foi usado o método qualitativo, numa perspectiva compreensiva (Kaufmann, 1996) que defende que o homem vulgar tem muito para nos ensinar e as técnicas formais, na base do trabalho explicativo, não podem dar conta se não de uma ínfima parte do saber. No terreno foram aplicados a observação directa e a observação participante, numa postura etnográfica, observando os locais, os objectos e os símbolos, observando as pessoas, as actividades, os comportamentos, as interacções verbais, as maneiras de fazer, de estar e de dizer, observando as situações, os ritmos, os acontecimentos. Colocámo-nos na perspectiva de quem procura conhecer do interior a partir do acesso a que tivemos do ponto de vista dos actores. A riqueza da informação obtida só foi possível pela presença prolongada do terreno, pelo “deixar-me estar”, conversando, aparentemente de aspectos banais. Este acompanhamento próximo e informal possibilitou a percepção de uma multiplicidade de facetas das redes sociais em que se inserem, das práticas quotidianas, das estratégias de vida e das suas representações.

Para “medir” a integração/exclusão social procurámos perceber a perspectiva da população, através de uma estadia prolongada no terreno. Historicamente excluídos da sociedade dominante, de que forma é que os ciganos se vão adaptando, aculturando às novas exigências das sociedades modernas que não reconhecem como válidos os seus saberes tradicionais nem os seus modos de vida? Tratando-se de uma população com uma sedentarização recente (há cerca de 15 anos), como se adaptaram à habitação, ao espaço, ao bairro em que residem?

Pela investigação realizada percebemos que as posturas de integração/exclusão social aparecem como situações ambíguas. Por um lado, em muitos aspectos, parece-nos existir uma vontade de integração, por outro lado, em muitos outros aspectos, perante a ameaça de alterações de que não conhecem as consequências, parecem preferir ser eles próprios, sem se submeterem às condições propostas pela sociedade dominante. A análise dos dados sugere que da sociedade dominante apenas vão extraindo e adaptando aspectos que oferecem alguma utilidade

e benefício, rejeitando tudo o que aparentemente não acrescenta melhores perspectivas para o futuro.

No grupo estudado, distinguem-se dois tipos de posturas: parte da população sedentarizou-se, outra parte continua a ser semi-itinerante. Os sedentarizados parecem adaptados à casa e ao bairro, considerando a satisfação residencial expressa pelo modo como se apropriaram da casa e do bairro. Para a outra parte, a atribuição de uma casa não implicou alteração do modo de vida itinerante. A casa contribuiu para a criação de um ponto de referência que é útil para as documentações legais, no entanto, não significou uma submissão às regras da sociedade. Os sedentários expressam um saudosismo pelo modo de vida itinerante mas referem que já não abandonavam o modo de vida actual, o que nos remete para uma adaptação e integração no espaço residencial.

Se relativamente ao espaço residencial podemos considerar que existe uma integração, o mesmo já não podemos defender quanto ao tipo de ocupações ou actividades económicas desenvolvidas. Trata-se de um conjunto de pessoas totalmente excluídos do mercado de trabalho. Esta exclusão é manifesta pelo tipo de actividades precárias e, por vezes, marginais a que se dedicam. Sem capital económico para sustentarem a compra de artigos ou de licenças para a venda ambulante, dedicam-se à mendicidade, à venda de pequenos artigos, a pequenos expedientes, à criação de alguns animais. Se algumas aceitam o benefício do RMG, como forma de sobrevivência e aceitam a dependência proposta, muitos outros preferem continuar a ser “donos” de si próprios, ainda que excluídos da sociedade dominante.

A informação recolhida contradiz algumas das referências bibliográficas. A coesão entre o grupo, face à sociedade dominante, não é tão significativa como muitas vezes se refere. A conflitualidade existe entre os vários elementos de família. A manifestação frequente de querer afastamento em relação às outras grandes famílias ciganas residentes no bairro, coloca em causa o pressuposto de que por serem ciganos todos se unem, formando um grupo coeso.

As relações de vizinhança com os não ciganos pautam-se pela cordialidade e solidariedade indiciando posturas de integração, ou o não querer demarcar-se pela diferença cultural, assistindo-se, muitas vezes, a momentos de convívio, que ajudam ambas as partes a se conhecerem melhor e contribuírem para o dissipar de alguns estereótipos sobre a etnia cigana.

Outro aspecto que aparece como ambivalente é o da educação. O realojamento no bairro permitiu a reunião de condições para que, pela primeira vez, algumas crianças e jovens frequentassem a escola. Por parte de algumas famílias com crianças ou jovens a escolarizar-se há um interesse acentuado e sentido de responsabilidade para assegurar a frequência das aulas. Interesse este também muito utilitário: saber ler e escrever para tirar a carta de condução, sobretudo os rapazes. Contudo, mais de metade da população, aparentemente, mantém uma postura de desinteresse perante a escolarização. São os que mantêm um modo de vida semi-itinerante, ao sabor de feiras e romarias em que toda a família participa, modo de vida que é incompatível com uma frequência regular de aulas, exigida pela sociedade dominante.

A relação com as estruturas de saúde é caracterizada por sentimentos de exclusão. As queixas apresentadas são muitas: dos médicos e dos medicamentos. Não esqueçamos o analfabetismo da população o que possivelmente contribui para a desconfiança para com assuntos demasiado complexos que não entendem (burocracia, literatura medicamentosa, etc.). Mas, contudo, notam-se já algumas formas de integração pela atitude preventiva como, por exemplo, a vacinação, as consultas de rotina dos bebés, ou, em casos de dúvida, o recurso à consulta do serviço de urgência.

Manifestam muitas e variadas formas de religiosidade: acreditam em alguns santos, fazem promessas, têm muita fé no “santo mestre” que vive em França, conhecendo pessoas, mesmo familiares, que já o foram procurar para fazer milagres. Todos são baptizados pela Igreja Católica, mas não são praticantes. Quanto a este aspecto, podemos aferir que vai de encontro ao defendido pela bibliografia onde é referido que normalmente aderem à religião dominante no país.

A forma como se apresentam também é distinta: a fisionomia, o modo de vestir, o modo de falar. Contudo também nestes aspectos se assiste à importação de modelos usados quer por outros grupos ciganos, quer pela sociedade dominante.

Do ponto de vista da identidade, esta comunidade cigana reconhece-se como um grupo distinto e distinguido por outros ciganos. Pelos outros ciganos são conhecidos como “chabotos”, “beirões” ou os “ciganos portugueses”. Por sua vez, este ciganos designam os outros como os “ciganos espanhóis” ou “guitanos”. A constatação desta distinção entre ciganos, remete-nos para a existência de diferentes grupos na mesma etnia. Não deixa de ser interessante o facto de cada grupo cigano ou mesmo

cada pessoa cigana, considerarem que eles são mais ciganos do que os outros. A identificação como cigano é apresentada com orgulho, mas os “outros não são” ou “são menos ciganos”. Não querem ser confundidos uns com os outros.

Comparando este grupo com outros que conhecemos este aparece como mais pobre e numa situação mais extrema de exclusão social, numa fase muito embrionária de aculturação, muito arredada ainda dos domínios sociais mais importantes. Em muitos momentos, o tipo de palavras e expressões usadas fizeram-nos lembrar palavras que recordamos de pessoas mais velhas, de alguns meios rurais. Constatações que novamente parecem remeter para uma fase social anterior à que a sociedade dominante vive actualmente, ou seja, para modos de vida pré-modernos.

Existe o desejo de preservar a cultura, a mentalidade, os valores, mas em paralelo, certos valores, e usos da sociedade dominante começam a ser assimilados. Defendem acerrimamente os casamentos endogâmicos dentro do seu próprio grupo de ciganos, ao mesmo tempo que já se verifica retardamento da idade de casar, por exemplo.

Por vezes, elaboram sobre si próprios representações que reflectem a exclusão social de que são alvo. Por exemplo, quando dizem “os ciganos são maus”, “os ciganos estão sempre a comer”, “com os ciganos o mundo não acaba”, representam imagens negativas dos outros que recaem sobre os ciganos.

Se por um lado, se pode perceber que desejam uma integração na sociedade dominante, ao nível da habitação, das relações de vizinhança, da escola, das estruturas de saúde, de alguns aspectos culturais, por outro lado, aspiram a continuar um modo de vida mais independente que lhes permita serem donos do seu destino, nomeadamente como nas actividades ocupacionais que gostariam de desenvolver mas que caíram em desuso. Não mostram uma grande confiança no futuro apesar de reconhecerem que as condições de vida melhoraram quando comparadas com o passado. A vida agora também não é fácil e encaram o futuro com reservas.

A realização deste trabalho possibilitou a recolha de vários indicadores que sugerem uma paulatina integração social, uma adequação à sociedade dominante, através de diversas formas de aculturação, mas preservando os aspectos culturais mais específicos da cultura cigana, permitindo a sua sobrevivência.

Em suma, verifica-se um processo de aculturação em curso, visível nomeadamente ao nível habitacional, nas relações de vizinhança, nas relações com a

escola e com a instituição de saúde. Mas mantém-se a afirmação da identidade cigana que, neste trabalho, aparece sobretudo ligada à endogamia mesmo no próprio interior da etnia cigana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTIDE, Roger (1989) – **As Religiões Africanas no Brasil – Contribuição a uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações**, 3º Ed., São Paulo, Pioneira Editora

BENAVENTE, Ana; MENDES, Helena; SCHIMIDT, Luisa (1997) – **Direitos dos Cidadãos em Portugal: Conhecimentos e Opiniões**, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 24, pp. 71-114

BRUTO DA COSTA, Alfredo; PIMENTA, Manuel (Coord.) (1991) – **Minorias Étnicas Pobres em Lisboa**, Lisboa, Centro de Reflexão Cristã/Câmara Municipal de Lisboa

CASTRO, Alexandra (1995) – **Ciganos e Habitat – Entre a Itinerância e a Fixação**, in *Sociologia, Problemas e Práticas*, N.º 17, pp.97-111

ENGUITA, Mariano F. (1999) – **Un Estudio sobre las Relaciones Étnicas em el sistema Educativo**, Barcelona, Editorial Ariel

FERNANDES, António Teixeira (1995) – **Etnicização e Racização no Processo de Exclusão Social**, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, I Série, Vol. I, Porto

FRASER, Angus (1997) – **História do Povo Cigano**, Lisboa, Ed. Teorema

GARRIDO, Albert (1998) – **Entre Gitanos y Payos – Relación de Prejuicios y Desacuerdos**, Barcelona, Flor Del Viento Ediciones

GIDDENS, Anthony (1990) – **As Consequências da Modernidade**, Oeiras, Celta Editora

GIDDENS, Anthony (1997) – **Sociologia**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

KAUFMANN, Jean-Claude (1996) – **L'Entretien Compréhensif**, Paris, Éd. Nathan

LIEGEOIS, Jean-Pierre (1989) – **Ciganos e Itinerantes**, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia

LIEGEOIS, Jean-Pierre (1994) – **A Escolarização das Crianças Ciganas e Viajantes: Relatório Síntese**, Comissão da Comunidade Europeia, Ministério da Educação, Departamento de Programação e Gestão Financeira, Lisboa

MAALOUF, Amin (1998) – **Les Identités Meurtrières**, Paris, Bernard Grasset

MOZZICAFREDDO, Juan (1993) – **Cidadania e Estado-Providência** in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento – Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Vol.II, Lisboa, Fragmentos

NUNES, Olímpio (1996) – **O Povo Cigano**, Porto, Livraria Apostolado da Imprensa

PEROTTI, Antonio (1997) – **Apologia do Intercultural**, Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural, Lisboa, Ministério da Educação

PINTO, Fátima (1995) – **A Cigarra e a Formiga – Contributos para a Reflexão sobre o Entrosamento da Etnia Cigana na Sociedade Portuguesa**, Dissertação de Mestrado, Porto, PUC São Paulo e Instituto Superior de Serviço Social do Porto

SECRETARIADO Diocesano de Lisboa, Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos, **A Comunidade Cigana na Área da Diocese de Lisboa**, Lisboa, 1995

XIBERRAS, Martine (1996) – **Les Théories de L'Exclusion – Pour une Construction de L'Imaginaire de la Déviance**, Paris, Armand Colin